

ATA n° 07/2024

Aos vinte e quatro dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, às dezenove horas, realizou-se reunião na sala do Instituto com a presença da Diretoria Executiva, quais sejam: Diretora Presidente (Ivone Zanatta) e Diretor Financeiro e Atuarial (Johnny George Oliveira de Carvalho). Bem como membro da estrutura técnico administrativa, convocados pela Diretora Presidente, a Contadora (Fernanda Braga). A Diretora Presidente deu abertura à reunião cumprimentando os presentes e na sequencia iniciou as deliberações da pauta conforme destaques: **Balancetes:** A Contadora informou que as receitas acumuladas do mês de junho foram de R\$ 18.010.661,58. As despesas representaram, no mesmo período R\$ 12.769.458,88. Desmembrando as despesas, os gastos administrativos foram de R\$ 218.531,53, com PASEP de R\$ 155.406,31. **Aplicações Financeiras:** O Diretor Financeiro e Atuarial informou que para o mês de junho a meta de rendimentos era de 0,66% e que a carteira do IMPRES atingiu 0,73%, portanto acima da meta mensal. No ano a carteira do IMPRES acumula 5,22 % de rentabilidade, contra uma meta de 4,24% acumulado nos últimos 12 meses em rendimentos foi de 8,90%, sendo que a meta era de 9,77%. O saldo total aplicado em 30/06/2024 é de R\$ 161.979.828,21. **Processos homologados no TCE:** O Diretor Jurídico e de Previdência informou que no mês de junho dois processos foram homologados e não foram enviados processos ao COMPREV para compensação, além disto, foram respondidas as diligências abertas no período. **Concessão de benefícios:** A Diretora Presidente informou que no mês de junho foi concedido um benefício de aposentadoria por invalidez e uma pensão por morte de servidor ativo. No mesmo período, houve realização de 01 perícia para fins admissional. **Assuntos Diversos:** Foi contratada servidora para ocupar uma das vagas disponíveis do cargo de técnico previdenciário; Segue anexo a justificativa da SMI, sobre a análise realizada em abril em desacordo com a carteira dos títulos públicos citada na ata anterior; Estão sendo inseridos no CADPREV os documentos necessários dos membros da diretoria e dos colegiados para cumprir com os requisitos previstos no art. 8º-B da Lei nº 9.717/98 e conforme parâmetros estabelecidos na Portaria MTP nº 1.467/2022 e exigidos até 31/07/2024; A contadora informou que apresentou a LDO ao conselho deliberativo, respondeu os questionamentos, após isso a LDO foi aprovada pelos presentes; O

recredenciamento das instituições financeiras no sistema e-ciga, está sendo realizado conforme a disponibilidade de tempo e foi definido que será utilizado o Termo de Análise disponibilizado pela SMI nesse primeiro momento porque não há, nesse momento, pessoal suficiente para elaborar o documento conforme o modelo da SPREV, assim quando possível será solicitado a assessoria para elaborar esses documentos conforme os modelos da SPREV, para serem analisados pelos membros do comitê e diretoria; Ficou definido que a audiência pública será realizada no dia 15 de agosto na câmara de vereadores, com a seguinte programação: apresentação do Cálculo Atuarial pelo atuário Sr. Guilherme Walter; apresentação institucional do IMPRES, com a síntese do Relatório Anual de Governança e dos Resultados da Política de Investimentos e; apresentação do aplicativo Prev+ com demonstração de suas funcionalidades, por representante da empresa 3IT; ainda nessa mesma data haverá uma conversa, no gabinete do chefe do executivo com o atuário, membros do colegiado e prefeito; o Diretor Financeiro e Atuarial solicitou ao conselho deliberativo liberação para aquisição de notebook para utilizar fora das dependências do instituto, o qual foi deferido e está sendo realizada as tramitações necessárias para essa aquisição, ficando a diretora presidente responsável em elaborar Termo de Responsabilidade que deverá ser assinado no momento da entrega do aparelho, onde deverá ser devolvido o notebook atualmente utilizado por ele e que se encontra lento para realizar as atividades necessárias; O diretor financeiro e atuarial participou de curso em Florianópolis, com tema voltado a contabilidade nos RPPS, fez uma breve explanação do curso, reforçando a necessidade de estarmos sempre atualizados sobre os procedimentos; ainda foi solicitado que todos devem ter conhecimento do teor do Parecer SEI 146/2024/MPS que em linhas gerais, descreve o processo decisório dos investimentos dos RPPS, que deve ser utilizado pelos responsáveis pelos RPPS como subsídio para a correta aplicação de recursos dos segurados do RPPS, parecer esse que será repassado aos colegiados para conhecimento e desta forma reforçar as responsabilidades de cada colegiado no processo de investimentos. Nada mais havendo a tratar, a Diretora Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião que foi secretariada por ela mesma e, a ata será assinada pelos presentes de forma digital, após leitura, o que servirá como registro da sua aprovação.